A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM E A CONVIVÊNCIA DOS ESTUDANTES

THE FAMILY–SCHOOL RELATIONSHIP IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL: CONTRIBUTIONS TO STUDENTS' LEARNING AND SOCIAL INTERACTION

Isabelly dos Reis Souza Santos e Vitória Alberto Penha
Graduandas do Curso de Pedagogia do Centro Universitário São José.
Sheila Venancia da Silva Vieira
Professora Doutora em Educação

RESUMO

O presente artigo discute a relação entre família e escola nos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando sua relevância para o desenvolvimento educacional, emocional e social das crianças. Parte-se do entendimento de que a interação entre essas instituições constitui um elemento importante no processo educativo, sendo mediada por fatores sociais, culturais, econômicos e institucionais. O objetivo do estudo é analisar de que maneira a parceria entre família e escola pode contribuir para o desenvolvimento escolar das crianças, destacando a corresponsabilidade dos diferentes atores envolvidos no processo educativo. A pesquisa caracteriza-se como descritiva e bibliográfica, fundamentada na análise de livros, artigos científicos, legislações e produções acadêmicas relacionadas ao tema. Os resultados indicam que práticas de diálogo, comunicação e cooperação entre família e escola podem favorecer condições mais adequadas para a aprendizagem, a socialização, a disciplina e o fortalecimento da autoestima dos estudantes. Contudo, a literatura analisada também evidencia que tais contribuições dependem de diferentes contextos e não podem ser compreendidas de forma isolada ou determinista. Conclui-se que o fortalecimento da parceria entre família e escola representa um importante caminho para a construção de uma educação mais

participativa, humanizada e significativa, reconhecendo os limites e as possibilidades dessa relação no contexto escolar.

Palavras-chave: relação família-escola; participação familiar; corresponsabilidade educativa; aprendizagem escolar; anos iniciais do Ensino Fundamental.

ABSTRACT

This article discusses the relationship between family and school in the early years of Elementary Education, considering its relevance to children's educational, emotional, and social development. It is based on the understanding that the interaction between these institutions constitutes an important element in the educational process, mediated by social, cultural, economic, and institutional factors. The objective of this study is to analyze how the partnership between family and school can contribute to children's educational development, highlighting the shared responsibility of the different actors involved in the educational process. This research is characterized as descriptive and bibliographic, based on the analysis of books, scientific articles, legislation, and academic publications related to the topic. The results indicate that practices involving dialogue, communication, and cooperation between family and school can promote more favorable conditions for learning, socialization, discipline, and the strengthening of students' self-esteem. However, the literature reviewed also shows that such contributions depend on different contexts and cannot be understood in an isolated or deterministic manner. It is concluded that strengthening the partnership between family and school represents an important path toward building a more participatory, humanized, and meaningful education, while recognizing the limits and possibilities of this relationship within the school context.

Keywords: Family-school relationship; family participation; educational co-responsibility; school learning; early years of elementary school.

INTRODUÇÃO

A educação é um processo construído coletivamente e depende da participação de diferentes instituições sociais para alcançar resultados positivos no desenvolvimento das crianças. Entre essas instituições, a família e a escola ocupam posições fundamentais, pois exercem influência direta na formação social, emocional e intelectual do indivíduo. A família é responsável pelos primeiros ensinamentos, pela transmissão de valores e pelo desenvolvimento afetivo, enquanto a escola atua na sistematização do conhecimento e na formação cidadã. Conforme estabelece a Constituição Federal (art. 205) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 2º), a educação é um dever compartilhado entre a família e o Estado, visando ao pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nos últimos anos, a relação entre família e escola passou a ser amplamente discutida devido às transformações sociais, econômicas e culturais que influenciaram a dinâmica familiar e o cotidiano escolar. Apesar da importância dessa parceria, muitas instituições ainda enfrentam dificuldades relacionadas à baixa participação dos responsáveis na vida escolar dos estudantes, o que pode impactar negativamente o rendimento acadêmico, a disciplina e a motivação dos alunos.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar como a relação família-escola, baseada na corresponsabilidade educativa, contribui para a aprendizagem e a convivência dos estudantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para alcançar esse propósito, os objetivos específicos visam: investigar a importância da participação da família para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos alunos; identificar os fatores que dificultam a integração entre famílias e escola no dia a dia; e propor estratégias para fortalecer essa parceria e promover o acolhimento. Essa abordagem busca compreender o tema de forma mais ampla. O estudo procura investigar como essa parceria realmente acontece no cotidiano, quais são as barreiras que dificultam esse processo e quais caminhos institucionais podem ser adotados para aproximar a família e a escola.

A realização deste trabalho justifica-se pela necessidade de compreender como a participação familiar afeta diretamente a aprendizagem e a convivência escolar nos anos iniciais

do Ensino Fundamental. Essa é uma etapa de muitas mudanças para a criança, e a pesquisa mostra-se relevante ao discutir a corresponsabilidade educativa e a importância de uma comunicação clara entre escola e família, evitando o risco de culpabilização dos responsáveis. Além disso, o estudo propõe práticas pedagógicas mais acolhedoras e inclusivas que fortaleçam de fato o vínculo da comunidade com a escola.

PERCURSO METODOLÓGICO

A realização deste trabalho justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões sobre a participação familiar na escola e sua influência no processo educacional. A pesquisa apresenta relevância acadêmica, profissional e social, pois contribui para reflexões sobre práticas pedagógicas mais inclusivas e participativas, fortalecendo o vínculo entre escola, família e estudante.

O objetivo geral deste estudo é analisar a função da família na formação da criança e o papel da escola no seu desenvolvimento educacional. Especificamente, busca-se compreender a dinâmica das famílias e evitar a redução da escola a um espaço de cobranças bilaterais.

Quanto à abordagem metodológica, a literatura nacional analisada evidenciou que a relação entre esses dois contextos, embora imperativa, apresenta-se atravessada por expectativas implícitas. Além disso, foram identificadas assimetrias na comunicação e interpretações estereotipadas acerca dos papéis institucionais de cada esfera.

A pesquisa caracterizou-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa e finalidade descritivo-analítica. O levantamento bibliográfico foi realizado entre janeiro e maio de 2026, por meio de buscas no indexador SciELO, no repositório digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em portais oficiais de legislação. Foram utilizados descritores como: relação família-escola, participação familiar, corresponsabilidade educativa, aprendizagem escolar, convivência escolar e anos iniciais do Ensino Fundamental. Foram incluídos textos em língua portuguesa, disponíveis integralmente, relacionados à escola básica e à participação familiar. Foram excluídos materiais sem relação direta com os anos iniciais, textos sem autoria identificada ou que não dialogavam com a pergunta de pesquisa. Ao todo, foram selecionados e analisados 12 materiais que sustentam a discussão.

O material selecionado foi organizado em três eixos temáticos. O primeiro eixo, focado na família como contexto de desenvolvimento, fundamentou-se nas ideias de Dessen e Polonia (2007) e Wallon (2007). O segundo eixo aborda a escola e a mediação pedagógica, com apoio de autores como Freire (1987; 1996), Piaget (1976) e Vygotsky (1991). O terceiro eixo discutiu as barreiras, a comunicação e as possibilidades de parceria a partir de Nogueira (2006), Oliveira e Marinho-Araújo (2010), Castro e Regattieri (2009), além de documentos legais, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Quadro 1 – Síntese dos materiais consultados na pesquisa bibliográfica

Material consultado	**Tipo de fonte**	**Como pode entrar na metodologia/análise**
Constituição Federal de 1988	Documento legal	Utilizamos para fundamentar o dever compartilhado entre Estado, família e sociedade na garantia da educação básica.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394/1996	Documento legal	Empregamos para conferir base legal à obrigatoriedade da participação da família e da comunidade no projeto pedagógico da escola.
Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 8.069/1990	Documento legal	Usamos para sustentar a criança como sujeito de direitos, evidenciando que a proteção integral depende dessa relação entre os espaços.
Dessen e Polonia (2007)	Artigo científico	Analisamos a família e a escola sob a perspectiva da ecologia do desenvolvimento humano, tratando-as como contextos interdependentes.
Oliveira e Marinho-Araújo (2010)	Artigo científico	Utilizamos para discutir as tensões, as intersecções e os desafios práticos que emergem na articulação da parceria família-escola. .
Nogueira (2006)	Artigo científico	Aplicamos para problematizar as dinâmicas sociológicas da relação, evitando a idealização e focando nas tensões da contemporaneidade.
Castro e Regattieri (2009)	Publicação institucional UNESCO/MEC	Fundamentamos a proposta de que a interação deve ser uma prática pedagógica planejada e contínua, superando a visão reativa de "resolver problemas".

Material consultado	Tipo de fonte	Como pode entrar na metodologia/análise
Freire (1987; 1996)	Livros	Fundamentamos a importância do diálogo horizontal e da escuta qualificada como pressupostos éticos para O respeito aos saberes das famílias.
Piaget, Vygotsky e Wallon	Autores clássicos	Articulamos o desenvolvimento infantil como um processo complexo que integra a construção ativa do conhecimento (Piaget), a mediação social (Vygotsky) e a dimensão afetiva (Wallon), provando que a parceria família-escola é fundamental para a integralidade do sujeito.

Fonte: elaborado pelas autoras (2026), com base nos materiais selecionados para a pesquisa bibliográfica.

A organização dos materiais no quadro permite visualizar como cada fonte contribuiu para a construção da análise. A partir desse percurso, a fundamentação teórica passa a discutir, de forma articulada, a família como primeira instituição socializadora, o papel da escola no desenvolvimento infantil e as possibilidades de construção de uma relação corresponsável entre família e escola nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A família como primeira instituição socializadora

A família representa o primeiro espaço de convivência da criança e ocupa papel relevante na construção de valores, vínculos, hábitos, formas de comunicação e modos de perceber o mundo. É nesse ambiente que o sujeito inicia suas primeiras experiências de socialização, cuidado, pertencimento e reconhecimento. Essas experiências não determinam, de maneira isolada, o percurso escolar da criança, mas influenciam sua forma de se relacionar com os adultos, com os colegas, com as regras, com o conhecimento e com as expectativas construídas em torno da escola.

Dessen e Polonia (2007) ajudam a compreender a família e a escola como contextos fundamentais do desenvolvimento humano. Para as autoras, esses dois espaços exercem influências específicas, mas também interdependentes, sobre a formação da criança. A família participa da construção de vínculos afetivos, da organização de rotinas, das primeiras aprendizagens sociais e do modo como a criança se percebe como sujeito. A escola, por sua vez, amplia esse processo ao

introduzir o estudante em formas sistematizadas de conhecimento, convivência coletiva, regras institucionais e práticas sociais mais amplas. Desse modo, a criança não se desenvolve apenas em casa ou apenas na escola, mas na relação entre diferentes contextos de vida.

Essa compreensão também encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, ao estabelecer que a educação é dever da família e do Estado, devendo ser promovida com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reafirma esse princípio ao indicar que a educação é inspirada nos princípios de liberdade e solidariedade humana e deve ocorrer em colaboração entre família e Estado (BRASIL, 1996). Assim, a relação família-escola não pode ser entendida como favor, concessão ou exigência unilateral, mas como parte de uma responsabilidade social compartilhada.

Entretanto, reconhecer a importância da família não significa atribuir a ela, de forma isolada, a responsabilidade pelo sucesso ou pelas dificuldades escolares das crianças. Nogueira (2006) chama atenção para a intensificação contemporânea das relações entre família e escola, mostrando que essa aproximação passou a ocupar lugar central nos discursos educacionais. Contudo, a autora também alerta que essa relação é atravessada por tensões, expectativas e desigualdades. Quanto mais a escola solicita a presença da família, mais precisa considerar as condições concretas dessa participação, como trabalho, renda, escolaridade, acesso a recursos, experiências anteriores com a escola e formas diversas de organização familiar.

Nesse sentido, torna-se necessário superar a ideia de uma família ideal, sempre disponível, com tempo, domínio da linguagem escolar e condições materiais para acompanhar todas as demandas da instituição. As crianças podem viver com mãe e pai, apenas com um dos responsáveis, com avós, tios, famílias recompostas, famílias ampliadas ou outros arranjos de cuidado. O ponto central para a escola não deve ser julgar a configuração familiar, mas compreender como os vínculos, as rotinas, as formas de comunicação e as condições de vida influenciam a experiência escolar da criança. Essa postura evita interpretações moralizantes e permite construir uma relação mais respeitosa com as famílias.

As contribuições de Freire (1987; 1996) também são importantes para pensar a relação entre família e escola. Ao defender uma educação fundada no diálogo, na escuta e no reconhecimento dos saberes dos sujeitos, Freire permite compreender que as famílias não devem ser tratadas apenas como receptoras de orientações escolares. Elas também possuem saberes sobre

as crianças, sobre suas histórias, suas necessidades, seus modos de aprender, seus medos, interesses e possibilidades. Quando a escola desconsidera esses saberes, a relação tende a se tornar verticalizada. Quando os reconhece, amplia as possibilidades de compreender a criança de maneira mais integral.

A família, portanto, pode ser compreendida como primeira instituição socializadora, mas não como única responsável pela formação da criança. A escola precisa considerar esse contexto sem culpabilizar os responsáveis e sem reduzir a aprendizagem escolar à presença ou ausência da família no espaço institucional. O Estatuto da Criança e do Adolescente fortalece essa discussão ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e ao estabelecer a responsabilidade conjunta da família, da sociedade e do Estado por sua proteção integral (BRASIL, 1990). Assim, a relação família-escola deve ser pensada a partir da garantia de direitos, e não apenas como estratégia para melhorar rendimento ou controlar comportamentos.

O papel da escola no desenvolvimento infantil

A escola possui a função social de garantir o acesso ao conhecimento sistematizado e contribuir para a formação intelectual, social, ética e cidadã dos estudantes. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, essa função ganha especial relevância, pois a criança está em processo de consolidação da leitura, da escrita, do pensamento matemático, da convivência coletiva, da autonomia e da construção de sua identidade como estudante. A escola, nesse sentido, não apenas ensina conteúdos, mas organiza experiências, tempos, espaços, interações e práticas que influenciam profundamente o desenvolvimento infantil.

Vygotsky (1991) contribui para essa compreensão ao afirmar que o desenvolvimento humano ocorre nas relações sociais e por meio da mediação. Para o autor, a aprendizagem não é um processo isolado e individual, mas se constrói nas interações com outros sujeitos, especialmente aqueles que já dominam determinados conhecimentos e práticas culturais. No contexto escolar, o professor assume papel central como mediador, mas essa mediação também é atravessada pela relação da criança com colegas, familiares e demais adultos que participam de sua vida. Dessa forma, a escola não pode ignorar os contextos familiares, pois eles integram o conjunto de relações que participam da constituição da criança.

A escola, como instituição mediadora do conhecimento, precisa cumprir sua função social considerando as diferentes realidades das famílias. Isso significa reconhecer que os estudantes não chegam à sala de aula em condições iguais. Eles trazem histórias, repertórios, vivências, inseguranças, formas de linguagem e experiências familiares distintas. Libâneo (1985), ao discutir a democratização da escola pública, ressalta que a escola precisa estabelecer relação com a realidade social dos estudantes e assumir compromisso com a formação crítica e a participação da comunidade. Assim, a aproximação com as famílias não deve ser vista como elemento externo ao trabalho pedagógico, mas como parte da própria função social da escola.

Oliveira e Marinho-Araújo (2010) mostram que a relação família-escola é marcada por intersecções e desafios. Muitas vezes, a escola espera que a família acompanhe tarefas, organize rotinas e responda prontamente às solicitações institucionais. As famílias, por sua vez, podem esperar que a escola resolva sozinha questões relacionadas à aprendizagem, à convivência e ao cuidado. Quando essas expectativas não são explicitadas, surgem conflitos, cobranças e interpretações equivocadas. Por isso, a relação entre família e escola precisa ser mediada por comunicação clara, definição de responsabilidades e construção de confiança.

Castro e Regattieri (2009), em publicação organizada no âmbito da UNESCO e do MEC, contribuem para pensar a interação escola-família como prática planejada, e não como ação improvisada. Para as autoras, a aproximação entre escola e família deve fazer parte da organização institucional e não ocorrer apenas quando há problemas de aprendizagem, faltas ou dificuldades de convivência. Reuniões, bilhetes, mensagens, atendimentos, projetos e devolutivas precisam ter intencionalidade educativa, linguagem compreensível e respeito às condições de participação dos responsáveis.

Nesse sentido, a escola precisa superar uma comunicação baseada apenas na cobrança. Quando a família é chamada somente para ouvir reclamações, a instituição reforça uma relação marcada pelo medo, pela vergonha ou pela distância. Ao contrário, quando comunica avanços, explica objetivos pedagógicos e convida os responsáveis para compreender o percurso da criança, a escola cria condições mais favoráveis para a corresponsabilidade. Essa perspectiva aproxima-se de Freire (1996), para quem ensinar exige escuta, respeito e abertura ao diálogo. A relação com as famílias, portanto, também é uma prática pedagógica.

A importância da parceria entre família e escola

A parceria entre família e escola deve ser compreendida como uma relação construída historicamente, socialmente e institucionalmente. Não se trata de uma condição pronta nem de uma obrigação que possa ser imposta de forma unilateral. Ela exige tempo, confiança, clareza, escuta e reconhecimento de que família e escola exercem funções distintas, mas complementares. A família não substitui o trabalho pedagógico da escola, assim como a escola não substitui os vínculos, cuidados e experiências construídos no espaço familiar.

Dessen e Polonia (2007) contribuem para essa análise ao compreenderem família e escola como contextos de desenvolvimento que se influenciam mutuamente. Essa compreensão permite superar a ideia de que a escola é responsável apenas pela instrução e a família apenas pela formação moral. Na prática, ambas participam da formação social, cognitiva e afetiva da criança. A forma como a família valoriza a escola, acompanha o cotidiano da criança e se comunica com os profissionais pode favorecer o envolvimento do estudante. Ao mesmo tempo, a forma como a escola acolhe a família, explica suas práticas e reconhece suas condições interfere na possibilidade de participação dos responsáveis.

A participação familiar, entretanto, não pode ser compreendida de maneira simplificada. Não basta afirmar que a presença da família melhora o rendimento escolar, pois a aprendizagem depende de múltiplos fatores. Há estudantes acompanhados por suas famílias que continuam enfrentando dificuldades de aprendizagem. Também há crianças cujos responsáveis não conseguem comparecer com frequência à escola, mas demonstram cuidado por meio de outras formas de acompanhamento. Por isso, reduzir o desempenho escolar à presença ou ausência da família pode produzir leituras injustas e culpabilizadoras.

Nogueira (2006) ajuda a problematizar essa questão ao mostrar que a relação entre família e escola é atravessada por expectativas sociais e desigualdades. A escola, muitas vezes, valoriza formas de participação que correspondem a determinados modelos culturais e sociais, como presença em reuniões, domínio da linguagem escolar, disponibilidade de tempo e acompanhamento sistemático das atividades. No entanto, nem todas as famílias possuem as mesmas condições para responder a essas expectativas. Assim, a parceria precisa ser pensada de modo mais amplo, reconhecendo diferentes formas de presença, cuidado e compromisso.

Oliveira e Marinho-Araújo (2010) reforçam que a relação família-escola deve ser analisada como um campo de intersecções, no qual se encontram responsabilidades, expectativas e limites de cada instituição. Essa perspectiva é importante porque impede que a

corresponsabilidade seja confundida com transferência de culpa. Corresponsabilidade não significa responsabilizar a família por aquilo que a escola não conseguiu realizar, nem atribuir à escola todas as questões que atravessam a vida da criança. Significa construir estratégias compartilhadas, respeitando as funções específicas de cada espaço.

Dessa forma, a parceria entre família e escola é importante porque amplia as possibilidades de compreensão da criança. Quando há diálogo entre professores e responsáveis, torna-se mais fácil perceber mudanças de comportamento, dificuldades de aprendizagem, interesses, inseguranças e potencialidades. Esse diálogo pode favorecer intervenções mais coerentes, acolhedoras e respeitosas. Contudo, para que isso aconteça, a escola precisa construir canais de comunicação acessíveis e permanentes, e não apenas convocar as famílias em situações de crise.

Barreiras na relação entre família e escola

A participação da família no contexto escolar é influenciada por diferentes fatores sociais, econômicos, culturais e emocionais que ultrapassam a simples vontade dos responsáveis de acompanhar a vida acadêmica das crianças. O distanciamento de algumas famílias da escola não deve ser interpretado, de forma imediata, como desinteresse ou negligência. É necessário compreender as condições concretas que atravessam suas realidades, como jornadas extensas de trabalho, empregos informais, dificuldades de deslocamento, ausência de rede de apoio, limitações financeiras e experiências escolares anteriores marcadas por exclusão.

Nogueira (2006) contribui para essa reflexão ao indicar que a relação família-escola, na contemporaneidade, tornou-se mais intensa, mas também mais complexa. A escola passou a demandar maior participação das famílias, ao mesmo tempo em que muitas famílias enfrentam condições de vida que dificultam esse acompanhamento. Essa tensão exige que a instituição escolar olhe para a realidade social dos responsáveis e evite transformar a parceria em cobrança permanente.

Outro fator relevante refere-se à linguagem escolar. Em muitos casos, os responsáveis sentem receio de participar de reuniões ou dialogar com professores por acreditarem não possuir conhecimento suficiente sobre os conteúdos escolares. Quando a escola utiliza termos muito técnicos ou comunica dificuldades de forma pouco clara, pode ampliar a distância entre

responsáveis e profissionais. Castro e Regattieri (2009) defendem que a comunicação escola-família precisa ser compreensível, contínua e orientadora, para que os responsáveis consigam entender o percurso da criança e participar dentro de suas possibilidades.

Oliveira e Marinho-Araújo (2010) também destacam que a relação família-escola pode ser marcada por incompreensões mútuas. A escola pode interpretar a ausência familiar como descompromisso, enquanto as famílias podem perceber a escola como espaço de julgamento. Essas percepções dificultam a construção de confiança e tornam a comunicação mais frágil. Para superar esse quadro, é necessário que a escola assuma uma postura institucional de escuta e acolhimento.

Albuquerque e Aquino (2021) contribuem ao problematizar concepções estereotipadas sobre as famílias. As autoras indicam que profissionais da educação podem, ainda que de forma não intencional, construir imagens negativas sobre determinados grupos familiares, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social. Essas imagens podem produzir práticas excludentes e dificultar a aproximação. Por isso, pensar a relação família-escola exige também revisar as concepções que a escola constrói sobre as famílias.

Outro desafio importante está relacionado à forma como a comunicação costuma ocorrer. Muitas vezes, os responsáveis são procurados apenas quando surgem problemas de comportamento, dificuldades de aprendizagem, faltas excessivas ou baixo rendimento. Com isso, a escola passa a ser percebida como espaço de advertência e responsabilização. Freire (1996) ajuda a problematizar essa prática ao defender que o diálogo educativo precisa estar baseado no respeito, na escuta e no reconhecimento do outro como sujeito. Assim, a comunicação com as famílias deve envolver também devolutivas positivas, orientação pedagógica e valorização dos avanços dos estudantes.

Dessa forma, as barreiras na relação família-escola não se limitam à ausência dos responsáveis. Elas envolvem condições sociais, formas de comunicação, expectativas institucionais, concepções sobre família, organização da escola e disponibilidade real de participação. Reconhecer essas barreiras é fundamental para construir práticas mais justas, acolhedoras e comprometidas com o desenvolvimento das crianças.

Estratégias para fortalecer a parceria entre família e escola

O fortalecimento da parceria entre família e escola exige planejamento institucional. Não se trata apenas de convidar os responsáveis para reuniões ou eventos, mas de construir práticas permanentes de diálogo, acompanhamento e escuta. Castro e Regattieri (2009) defendem que a interação escola-família precisa ser incorporada ao cotidiano escolar, de modo articulado ao projeto pedagógico. Isso significa que a relação com as famílias deve ser planejada pela gestão, pela coordenação pedagógica e pelos professores, e não depender apenas de iniciativas individuais.

As reuniões escolares, nesse sentido, precisam ultrapassar o modelo tradicional centrado em informes administrativos ou reclamações sobre comportamento. Quando organizadas de forma acolhedora e participativa, podem se tornar espaços de orientação, escuta e construção coletiva. A escola pode explicar o que está sendo ensinado, quais habilidades estão sendo desenvolvidas, quais avanços foram observados e como a família pode apoiar a criança dentro de suas possibilidades. Essa forma de comunicação fortalece a confiança e evita que a família associe a escola apenas a cobranças.

Freire (1996) contribui para pensar essas estratégias ao afirmar que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos e abertura ao diálogo. Ao trazer esse princípio para a relação com as famílias, compreende-se que os responsáveis não devem ser tratados como sujeitos passivos. Eles precisam ser ouvidos sobre a criança, suas rotinas, dificuldades, interesses e modos de aprender. Essa escuta pode ajudar a escola a planejar práticas mais coerentes com a realidade dos estudantes.

Oliveira e Marinho-Araújo (2010) mostram que a relação família-escola se fortalece quando há clareza sobre os papéis de cada instituição. Por isso, a escola precisa evitar orientações genéricas, como “acompanhar mais” ou “participar melhor”, e oferecer indicações concretas, possíveis e respeitosas. Em vez de responsabilizar a família, pode explicar pequenas ações que ajudam no cotidiano, como manter uma rotina de leitura, conversar sobre a escola, organizar materiais, valorizar as conquistas da criança e comunicar dificuldades percebidas em casa.

Também é importante diversificar os canais de comunicação. Nem todas as famílias conseguem comparecer presencialmente à escola com frequência. Por isso, bilhetes, mensagens, atendimentos individuais, reuniões em horários acessíveis, rodas de conversa e devolutivas escritas podem ampliar as possibilidades de participação. A comunicação precisa ser flexível, mas também ética, respeitando a privacidade dos estudantes e das famílias.

Projetos pedagógicos que envolvem famílias também podem fortalecer o vínculo com a escola, desde que não sejam apenas eventos pontuais. Oficinas, projetos de leitura, exposições,

apresentações culturais e rodas de conversa podem favorecer a participação, especialmente quando reconhecem os saberes das famílias e não apenas solicitam sua presença como obrigação. Libâneo (1985) contribui para essa reflexão ao defender a participação da comunidade na construção de uma escola democrática.

Por fim, é necessário avaliar continuamente as estratégias utilizadas. A escola precisa observar quais ações aproximam as famílias, quais não produzem os efeitos esperados e quais barreiras permanecem. Esse acompanhamento permite aperfeiçoar as práticas institucionais e evitar que a parceria fique apenas no discurso. Assim, fortalecer a relação família-escola significa construir uma cultura de diálogo, corresponsabilidade e respeito às diferentes formas de participação.

Convivência escolar, pertencimento e relação com a família

A relação entre família e escola não influencia apenas o rendimento acadêmico. Ela também interfere na convivência escolar, no sentimento de pertencimento e na forma como a criança é compreendida dentro da instituição. Quando existe diálogo entre esses espaços, torna-se mais fácil reconhecer as necessidades da criança, compreender mudanças de comportamento e evitar práticas de rotulação.

Aquino (2014) contribui para essa discussão ao tratar a convivência escolar como construção ética e pedagógica. A convivência não se resume à ausência de conflitos, mas envolve o modo como a escola organiza relações, normas, escuta e mediação. Nesse sentido, a família pode contribuir com informações importantes sobre a criança, enquanto a escola pode orientar os responsáveis sobre o desenvolvimento escolar e social do estudante. Essa troca favorece respostas mais cuidadosas às dificuldades que aparecem no cotidiano.

Wallon (2007) também ajuda a compreender essa relação ao destacar a importância da afetividade no desenvolvimento infantil. Para o autor, cognição, emoção e movimento estão articulados no processo de desenvolvimento. Assim, a forma como a criança se sente acolhida, reconhecida e pertencente ao espaço escolar interfere em sua participação e em sua disponibilidade para aprender. Quando família e escola mantêm diálogo, a criança tende a perceber maior continuidade entre seus espaços de vida, o que pode favorecer segurança emocional e participação.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, conflitos, retraimentos ou mudanças de comportamento precisam ser compreendidos dentro do contexto da criança. Nem toda dificuldade de convivência deve ser tratada como indisciplina. Em muitos casos, o diálogo com a família permite compreender situações familiares, emocionais ou sociais que interferem na experiência escolar. Essa compreensão não elimina a responsabilidade da escola, mas amplia suas possibilidades de intervenção pedagógica e relacional.

Comunicação escola-família como prática pedagógica

A comunicação entre escola e família faz parte da prática pedagógica. Ela não deve ocorrer apenas quando surgem problemas, pois a relação construída somente em momentos de dificuldade tende a fragilizar a confiança. Castro e Regattieri (2009) mostram que a interação escola-família precisa ser planejada e contínua, permitindo que os responsáveis compreendam o trabalho pedagógico e participem do acompanhamento das crianças.

Para fortalecer essa parceria, a escola precisa utilizar linguagem clara, objetiva e acessível. Em vez de comunicar apenas que a criança “não acompanha” ou “tem dificuldade”, é necessário explicar o que está sendo trabalhado, quais habilidades já foram desenvolvidas, quais ainda precisam de apoio e que ações simples podem ser realizadas em casa. Essa comunicação orientadora contribui para que a família compreenda melhor o percurso escolar da criança.

Oliveira e Marinho-Araújo (2010) destacam que a relação família-escola envolve desafios de comunicação e de definição de responsabilidades. Por isso, a escola precisa construir formas de diálogo que não coloquem a família apenas no lugar de culpada, mas como parceira possível. A clareza da comunicação ajuda a diminuir ruídos, fortalecer vínculos e construir ações mais coerentes.

A comunicação também precisa respeitar a privacidade das famílias e dos estudantes. Informações sobre aprendizagem, convivência ou situações familiares não devem ser expostas de forma inadequada. Essa dimensão ética é fundamental para que os responsáveis confiem na escola e se sintam respeitados. Assim, comunicar-se com a família é também um ato pedagógico e ético.

A relação família-escola nos anos iniciais do Ensino Fundamental

A passagem da Educação Infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental traz novas rotinas, novas exigências de aprendizagem e maiores desafios para a criança. Nessa fase, o estudante passa a lidar com maior sistematização dos conteúdos, novas formas de avaliação, ampliação das responsabilidades e construção mais intensa de sua identidade como aprendiz. Por isso, o apoio conjunto entre família e escola é importante para que a criança se sinta mais segura diante das mudanças.

Piaget (1976) compreende a criança como sujeito ativo na construção do conhecimento. Essa perspectiva ajuda a pensar que a criança aprende quando participa, experimenta, elabora hipóteses e interage com o meio. Família e escola podem favorecer esse processo quando estimulam a curiosidade, a autonomia e a participação da criança, sem substituí-la na realização das atividades. A parceria, nesse caso, não significa fazer pela criança, mas criar condições para que ela avance.

Vygotsky (1991), por sua vez, contribui ao destacar a mediação social no desenvolvimento. Nos anos iniciais, a criança aprende nas interações com professores, colegas e familiares. Quando há diálogo entre família e escola, as mediações se tornam mais coerentes, pois ambos os espaços passam a compreender melhor as necessidades e possibilidades da criança. Essa articulação pode favorecer a continuidade entre as experiências vividas em casa e na escola.

Wallon (2007) permite aprofundar a compreensão sobre a dimensão afetiva dessa etapa. Os anos iniciais são marcados por desafios cognitivos, emocionais e sociais. A criança está construindo sua autoestima, sua autonomia e sua relação com o aprender. O modo como é acolhida, incentivada e orientada interfere em sua confiança para enfrentar dificuldades. Assim, a relação família-escola contribui não apenas para a aprendizagem de conteúdos, mas também para a construção de segurança, pertencimento e participação.

Dessa forma, a parceria entre família e escola nos anos iniciais precisa ser compreendida como suporte ao desenvolvimento integral. Ela não elimina as dificuldades, mas cria condições para que a criança seja acompanhada de forma mais cuidadosa, tanto em sua aprendizagem quanto em sua convivência.

Cuidados éticos na relação com as famílias

No contexto dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a relação entre escola e família deve ser construída com base no respeito, no diálogo e na confiança. A participação dos responsáveis no acompanhamento da vida escolar contribui para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional da criança, mas essa aproximação precisa ocorrer de forma ética e responsável.

A escola deve reconhecer e respeitar a diversidade das estruturas familiares, evitando julgamentos, comparações ou atitudes preconceituosas. Cada família possui características próprias, formas distintas de cuidado e condições específicas de participação. Albuquerque e Aquino (2021) contribuem para essa discussão ao indicarem a necessidade de desconstruir concepções estereotipadas sobre as famílias e promover relações baseadas no diálogo e no respeito às diferentes realidades sociais.

O sigilo das informações relacionadas aos estudantes e suas famílias constitui princípio fundamental da prática educativa. Questões ligadas ao desempenho escolar, à convivência ou a situações familiares devem ser tratadas com responsabilidade e discrição. A exposição inadequada dessas informações pode fragilizar vínculos e comprometer a confiança entre família e escola.

A atuação ética da escola também está relacionada à garantia dos direitos da criança. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que crianças e adolescentes têm direito à dignidade, ao respeito e à proteção integral (BRASIL, 1990). Da mesma forma, a LDB destaca a importância da participação da família no processo educacional e da colaboração entre escola e comunidade (BRASIL, 1996). Assim, a relação com as famílias deve ser compreendida como parte do compromisso institucional com o direito à educação.

Freire (1996) também contribui para essa reflexão ao defender uma prática educativa baseada no respeito, na escuta e no compromisso ético com os sujeitos. Dessa forma, construir parceria com as famílias exige mais do que comunicação frequente. Exige uma postura institucional que reconheça os responsáveis como interlocutores legítimos e que compreenda a criança como sujeito de direitos.

Articulação entre desenvolvimento infantil e relação família-escola

Para compreender de que maneira a relação entre família e escola influencia o desenvolvimento infantil nos anos iniciais do Ensino Fundamental, é necessário recorrer a referenciais teóricos que expliquem como a criança aprende e se desenvolve em diferentes

contextos de convivência. Nesse sentido, as contribuições de Piaget, Vygotsky, Wallon e Freire permitem compreender por que a parceria entre esses dois espaços é relevante para o processo educativo.

Piaget (1976) compreende a criança como sujeito ativo na construção do conhecimento. Para o autor, a aprendizagem ocorre por meio das interações que a criança estabelece com o meio, elaborando hipóteses, experimentando situações e construindo novas formas de compreensão. Dessa forma, a influência da relação família-escola está na criação de condições que favoreçam essa participação ativa. Quando ambos os contextos estimulam a curiosidade, a autonomia e a investigação, contribuem para o desenvolvimento intelectual da criança.

Vygotsky (1991) reforça a importância das interações sociais ao afirmar que o desenvolvimento humano ocorre por meio da mediação. A criança aprende com os outros e internaliza conhecimentos, linguagens e modos de agir a partir das relações que estabelece. Nesse contexto, família e escola assumem papéis complementares, pois ambas participam das experiências sociais que atravessam o desenvolvimento infantil.

Wallon (2007), por sua vez, evidencia que o desenvolvimento envolve dimensões cognitivas, afetivas e sociais. Para o autor, a afetividade ocupa papel central na relação da criança com o meio e com os outros. Assim, uma relação respeitosa entre família e escola pode contribuir para que a criança se sinta acolhida, segura e valorizada. Esse sentimento favorece a participação nas atividades escolares e fortalece a construção de sua autoestima.

As contribuições de Freire (1987; 1996) permitem compreender que essa parceria deve ser construída por meio do diálogo e do respeito aos diferentes saberes. A relação entre família e escola não deve ocorrer de forma hierárquica, como se apenas a escola tivesse conhecimento legítimo. Ao contrário, ambos os espaços possuem saberes importantes para a formação da criança. O diálogo entre eles favorece ações mais coerentes e respeitosas.

Dessa forma, os referenciais apresentados demonstram que a relação entre família e escola constitui um elemento importante para o desenvolvimento infantil. Ao estimular a participação ativa da criança, promover mediações sociais significativas, fortalecer vínculos afetivos e valorizar o diálogo entre os diferentes atores envolvidos no processo educativo, essa parceria contribui para uma formação mais integral, democrática e significativa nos anos iniciais do Ensino Fundamenta

Discussão dos achados da revisão bibliográfica

A análise das produções consultadas evidenciou que a relação entre família e escola permanece como um dos elementos relevantes para o desenvolvimento, a aprendizagem e a convivência das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental. No entanto, os estudos também demonstram que essa relação não pode ser compreendida de forma simples, automática ou determinista. Conforme discutem Dessen e Polonia (2007), família e escola constituem contextos importantes de desenvolvimento humano, mas sua articulação depende das condições concretas em que essas instituições se relacionam, das formas de comunicação estabelecidas e do reconhecimento das responsabilidades de cada uma.

Um dos aspectos recorrentes na literatura refere-se à necessidade de ampliar a compreensão sobre o que significa participação familiar. A participação não deve ser reduzida à presença física dos responsáveis em reuniões, eventos ou atividades promovidas pela escola. Nogueira (2006) contribui para essa reflexão ao mostrar que a relação família-escola se intensificou na contemporaneidade, mas também passou a ser marcada por expectativas, cobranças e desigualdades. Muitas famílias acompanham o percurso escolar dos filhos por meio do diálogo, do incentivo aos estudos, da organização possível da rotina e do apoio às atividades cotidianas, ainda que não consigam comparecer com frequência à instituição escolar. Dessa forma, a revisão demonstra que o envolvimento familiar precisa ser analisado pela qualidade das interações estabelecidas com a criança e com a escola, e não apenas pela frequência de comparecimento dos responsáveis ao espaço escolar.

Outro achado relevante diz respeito à comunicação entre família e escola. Os estudos indicam que relações construídas apenas em momentos de conflitos, reclamações ou dificuldades de aprendizagem tendem a gerar distanciamento, insegurança e resistência por parte das famílias. Castro e Regattieri (2009) defendem que a interação escola-família precisa ser planejada, contínua e incorporada às práticas escolares, e não acionada apenas quando há problemas. Nessa perspectiva, a comunicação deve ser entendida como parte da ação pedagógica, pois permite explicar os objetivos de aprendizagem, apresentar avanços, orientar possibilidades de acompanhamento e construir confiança entre responsáveis e profissionais da educação.

A literatura também evidencia a necessidade de superar discursos que responsabilizam exclusivamente as famílias pelos desafios enfrentados no processo educativo. Embora a participação familiar seja importante, os estudos mostram que as dificuldades escolares são influenciadas por múltiplos fatores, incluindo aspectos sociais, econômicos, culturais, pedagógicos

e institucionais. Oliveira e Marinho-Araújo (2010) destacam que a relação família-escola é atravessada por intersecções e desafios, pois nem sempre as instituições compreendem da mesma forma seus papéis e responsabilidades. Assim, a construção de uma relação colaborativa exige que a escola reconheça a diversidade das realidades familiares e desenvolva práticas pautadas no respeito, na escuta, na clareza das orientações e na corresponsabilidade.

Outro ponto destacado pelos autores refere-se ao caráter institucional da parceria entre família e escola. A revisão bibliográfica demonstra que ações isoladas, dependentes exclusivamente da iniciativa de determinados profissionais, apresentam alcance limitado. Quando a participação das famílias é incorporada ao projeto pedagógico, às práticas de gestão, à coordenação pedagógica e ao cotidiano da escola, criam-se condições mais favoráveis para o estabelecimento de vínculos duradouros e para o acompanhamento dos estudantes. Essa compreensão dialoga com Libâneo (1985), ao defender a importância da participação da comunidade na construção de uma escola democrática e vinculada à realidade social dos alunos.

Também se observou que a relação família-escola interfere na convivência escolar e no sentimento de pertencimento das crianças. Aquino (2014) contribui para essa discussão ao compreender a convivência escolar como construção ética e pedagógica. Nessa direção, quando escola e família mantêm diálogo, torna-se possível compreender melhor as necessidades da criança, evitar práticas de rotulação e construir respostas mais respeitosas diante de conflitos, inseguranças ou dificuldades de participação. Essa dimensão também se aproxima das contribuições de Wallon (2007), ao destacar a importância da afetividade no desenvolvimento infantil.

Diante desses achados, observa-se que a construção de uma parceria significativa entre família e escola depende de uma mudança de perspectiva. Mais do que buscar a presença constante das famílias no espaço escolar, torna-se necessário criar condições para que elas sejam reconhecidas como participantes legítimas do processo educativo. Essa relação precisa ser construída por meio de diálogo, escuta, comunicação acessível, respeito às diferentes realidades familiares e planejamento institucional. Dessa forma, a revisão realizada confirma que a aproximação entre família e escola representa um caminho importante para a promoção do desenvolvimento integral, da aprendizagem e da convivência dos estudantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar como a relação família-escola, baseada na corresponsabilidade educativa, contribui para a aprendizagem e a convivência dos estudantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível compreender que essa relação interfere no percurso escolar das crianças quando se constitui como prática contínua de diálogo, escuta, comunicação acessível e planejamento institucional.

Diante da pergunta norteadora, compreende-se que a presença familiar, por si só, não garante melhores resultados escolares. No entanto, quando associada a práticas escolares acolhedoras, à clareza na comunicação, ao acompanhamento do percurso da criança e ao reconhecimento das condições concretas das famílias, pode favorecer maior segurança, pertencimento, participação e organização diante das atividades escolares. Nesse sentido, a parceria entre família e escola não deve ser compreendida como transferência de responsabilidades, mas como construção corresponsável em favor do desenvolvimento integral dos estudantes.

Os estudos analisados mostram que família e escola desempenham papéis distintos, mas igualmente importantes na educação da criança. Enquanto a família participa da construção de vínculos afetivos, valores, rotinas e primeiras experiências de socialização, a escola organiza o acesso ao conhecimento sistematizado, à convivência coletiva e às práticas pedagógicas. Por isso, essa relação precisa ser baseada na colaboração, evitando tanto a culpabilização das famílias quanto a ideia de que a escola pode atuar de forma isolada.

A revisão também evidenciou que uma das principais fragilidades da relação família-escola está na comunicação. Quando os responsáveis são chamados apenas diante de problemas, dificuldades ou conflitos, a aproximação tende a ser marcada por tensão e afastamento. Por outro lado, quando a escola comunica avanços, explica objetivos pedagógicos, escuta as famílias e utiliza linguagem compreensível, amplia-se a possibilidade de construção de vínculos de confiança e de acompanhamento mais efetivo dos estudantes.

Outro ponto importante identificado foi a necessidade de reconhecer a diversidade das famílias. Nem todas possuem as mesmas condições de tempo, escolaridade, trabalho, acesso a recursos ou disponibilidade para participar da vida escolar do mesmo modo. Assim, a escola precisa superar modelos idealizados de família e construir estratégias de participação mais flexíveis, respeitosas e possíveis, considerando as realidades sociais dos estudantes.

Como limitação, destaca-se que esta pesquisa foi construída por meio de revisão bibliográfica, sem realização de entrevistas, observações ou análise de documentos de uma escola

específica. Assim, os resultados apresentados indicam contribuições teóricas e reflexivas, mas não permitem generalizações sobre uma realidade escolar determinada. Pesquisas futuras podem ampliar o tema por meio de estudos de campo com professores, famílias, estudantes e equipes pedagógicas, buscando compreender como a parceria família-escola se concretiza em diferentes contextos.

Conclui-se que a relação família-escola contribui para a aprendizagem e a convivência dos estudantes quando é construída com diálogo, escuta, comunicação acessível, respeito às realidades familiares e planejamento institucional. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, essa parceria torna-se especialmente importante, pois a criança está em processo de construção de sua identidade como estudante, de seus vínculos com a escola e de suas formas de participação social. Desse modo, fortalecer a relação entre família e escola representa um caminho relevante para uma educação mais democrática, acolhedora e comprometida com o desenvolvimento integral das crianças.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Jéssica Andrade de; AQUINO, Fabíola de Sousa Braz. Psicologia escolar e relação família-escola: um estudo sobre concepções profissionais. Psicologia em Pesquisa, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 1-22, 2021. DOI: https://doi.org/10.34019/1982-1247.2021.v15.29033. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa/article/view/29033. Acesso em: 14 mar. 2026.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 26 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 3 abr. 2026.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (org.). Interação escola-família: subsídios para práticas escolares. Brasília, DF: UNESCO; MEC, 2009. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187729. Acesso em: 11 abr. 2026.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/paideia/a/dQZLxXCsTNbWg8JNGRcV9pN/. Acesso em: 19 abr. 2026.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985.

NOGUEIRA, Maria Alice. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 155-169, jul./dez. 2006. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/6850. Acesso em: 27 abr. 2026.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108, jan./mar. 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000100012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/estpsi/a/CM3Hj6VLtm7ZMxD33pRyhkn/. Acesso em: 6 maio 2026.

PIAGET, Jean. Psicologia e pedagogia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

VINHA, Telma Pileggi et al. O clima escolar e a convivência respeitosa nas instituições educativas. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 27, n. 64, p. 96-127, jan./abr. 2016. DOI: https://doi.org/10.18222/eae.v27i64.3747. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/3747. Acesso em: 17 maio 2026.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2007.